

# METODOLOGIAS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A FORMAÇÃO DE DISCENTES LEITORES E A INTERFERÊNCIA DO PEDAGOGO (A) NESSE PROCESSO

---

**DEANE TAIARA SOARES HONÓRIO**

Pedagoga, mestranda do Curso de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [deane\\_taiara@hotmail.com](mailto:deane_taiara@hotmail.com).

## RESUMO

Esse artigo teve como objetivo apresentar reflexões vividas durante a prática do estágio supervisionado no ensino fundamental I. Para tanto, buscou-se relatar o processo de imersão no estágio, levando em consideração sua importância para formação no curso de Pedagogia. Os principais teóricos utilizados para fundamentar esse trabalho foram: Arroyo (2013), Freire (2015) e Soares (2017, 2018). A metodologia de pesquisa deste estudo foi de natureza qualitativa, caracterizada como uma pesquisa-ação. O local de realização foram duas escolas da rede municipal de ensino, ambas situadas no município de Paulo Afonso - Bahia, uma delas pública, e a outra de direito privado sem fins lucrativos. Os principais participantes desta pesquisa foram duas turmas, uma do 4º ano (escola 1) e outra do 5º ano (escola 2), a primeira com 42 e a segunda com 23 alunos, e uma professora regente em cada sala. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação direta e o diário de campo da prática de estágio. Portanto, inferiu-se que a desvalorização do profissional interfere diretamente no desenvolvimento da sua função, o que acarreta metodologias de ensino inadequadas e ineficazes, para isso necessita-se garantir uma formação permanente do pedagogo, para que se tenha aparatos teóricos e experiências que lhes deem condição de realizar um bom trabalho. Por fim, a prática do estágio supervisionado tornou-se um rico espaço de aprendizagem profissional, que possibilitou conhecer o estudante, além do contexto educacional, em que professor e aluno são partes de um mesmo processo de ensinagem.

**Palavras-chave:** Metodologias, Língua Portuguesa, Leitura, Valorização do Pedagogo.

## INTRODUÇÃO

A valorização do profissional da educação se baseia na consideração à relevância da sua função social para o mundo. Pois, é o educador que está à frente da formação dos sujeitos que constroem bens e produzem valores sociais. Já não se deve mais falar em vocação, ou romantizar a profissão, a ponto de torná-la objeto de manipulação (FREIRE, 2015). Ao pensar na formação do educador busca-se como resultados de sua prática a emancipação cidadã da população, a superação das desigualdades sociais, a instrumentalização dos indivíduos para a luta equiparada e, para tanto, um ponto essencial a ser enfatizado é a formação de leitores críticos. É na escola que o sujeito deve aprender a ler e a escrever, neste espaço devem ser dadas oportunidades e mecanismos de aquisição da lectoescrita.

Neste sentido, este artigo teve como objetivo realizar uma discussão sobre algumas metodologias de ensino da língua portuguesa e o papel central do educador, no que tange a valorização do seu trabalho e a sua condição de agente da educação. Este tema foi considerado pertinente a partir das observações participativas em estágio obrigatório, do curso de Pedagogia, com turmas do 4º e 5º ano do fundamental I. Percebeu-se durante o estágio a dificuldade de leitura e escrita das crianças destas turmas, na realização das atividades cotidianas em sala de aula, como também, a desconsideração ao trabalho e posição do (a) pedagogo (a) enquanto profissional da educação, tendo suas práticas pedagógicas e suas metodologias de ensino prejudicadas neste contexto.

É importante enfatizar a relação do estágio supervisionado na formação do pedagogo (a), pois é neste espaço que o profissional passa a ter seus primeiros contatos com o chão da escola, lugar em que efetivará a prática da sua formação. Nesse sentido, todo processo formativo requer a experiência do estágio, potencializando os saberes e as aprendizagens do discente em formação. Além disso, o estudante precisa compreender a responsabilidade da função de mediador da construção do conhecimento de outros sujeitos, sejam eles, crianças, jovens ou adultos. É esta tarefa de ensinar que demanda do educador uma postura comprometida, interessada e empenhada em fazer o melhor, e garantir o sucesso da escolarização dos sujeitos da escola. Dessa maneira, o estágio é um dos espaços mais favoráveis para que o estudante tenha essa visão, nos cursos de licenciatura, e deseje aprimorar seus conhecimentos tanto se envolvendo em todas as oportunidades

que o estágio lhe dispõe quanto aplicando os aparatos teóricos assimilados durante os estudos das disciplinas do curso (SCALABRIN e MOLINARI, 2013).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/96) preconiza que o estágio supervisionado deve fazer parte da formação de profissionais da educação básica, oferecendo a fusão entre a teoria e a prática. Entre as possíveis modalidades do estágio está o curricular obrigatório, que faz parte da matriz curricular do curso de licenciatura e o seu modo de organização depende da instituição a que se vincule. No caso em questão, a instituição referida foi a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Paulo Afonso, que exigiu a realização de três estágios obrigatórios, no curso de licenciatura Plena em Pedagogia, sendo estes, Pesquisa e Estágio I: espaços não formais; Pesquisa e Estágio II: educação infantil; e Pesquisa e Estágio III: series iniciais ensino fundamental, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia de 2008, a que as estagiárias estavam vinculadas.

Ao vivenciar a atuação em sala de aula do educador surgem muitas dúvidas no estudante, que começa a relacionar os conteúdos teóricos e práticos vistos na Universidade e a realidade do dia a dia da escola. Logo, é impossível não perceber o papel do (a) pedagogo (a), de como as suas ações interferem no percurso educativo, na aquisição dos saberes pelos educandos. A disposição do profissional também exerce influência, já que quanto mais disposto mais busca aprimorar sua didática e metodologias de ensino. Nisto, consiste uma boa formação do (a) pedagogo (a), e de sua valorização ao longo de toda sua caminhada. Arroyo (2017) discorre que é imprescindível instrumentalizar o (a) professor (a) com técnicas eficientes para que tenham domínio de habilidades, como as de escrita, de leitura, da matemática básica e das demais competências requeridas pelos novos tempos, as quais são direito e também são exigidas pelos estudantes, por suas famílias e pela sociedade. Por isso, a formação dos educadores deve ser priorizada permanentemente, de maneira a aumentar suas capacidades, investindo recursos na sua qualificação e nas suas condições de trabalho.

A história da alfabetização no Brasil foi marcada pelo fracasso das escolas em conseguir alfabetizar suas crianças. Neste percurso, muitas mudanças ocorreram e muitas discussões foram realizadas para se alcançar um método que tivesse sucesso. Mas, ainda com a aplicação de diferentes métodos, o quadro de repetência, evasão e reprovação persistia. Houve períodos em que o método sintético perdurou, outros o analítico com suas variações, silábico, palavração, fônico, etc., mas o foco estava em qual método deveria ser

usado. Ainda neste contexto, surge em 1980, o construtivismo, como uma nova proposta para a aprendizagem da língua escrita. E, mesmo exercendo o domínio durante as duas últimas décadas do século XX, ainda se encontravam, nos primeiros anos do século XXI, nas avaliações internas das escolas, um grande número de crianças nas series iniciais do ensino fundamental sem o domínio da leitura e da escrita (SOARES, 2018).

Esta situação da educação brasileira perdura até os dias atuais, e agora invade não só as series iniciais do ensino fundamental como as finais e o ensino médio, resultados de fracasso apresentados pelas avaliações externas à escola, como as estaduais, nacionais e internacionais. Novamente o método de alfabetização aparece como o responsável pelo número de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados, ressurgindo as polêmicas em torno dos métodos, apresentando questões como a de que talvez não haja necessidade de um método ou a urgência de se recuperar um outro modelo (SOARES, 2018). Para tanto, há à demanda pela mobilização de ações por parte dos envolvidos com a escola, no intento de mudar a situação dos educandos e ajudá-los a superar suas dificuldades, preparando-os para lidar com os desafios postos pela vida e que carecem de suas habilidades adquiridas de poder ler e escrever.

A seguir, serão apresentados como fundamentação a perspectiva de Miguel Arroyo (2013) sobre a arte de ensinar, Freire (2015), e a de Magda Soares (2017, 2018) sobre as metodologias de alfabetização. As reflexões apresentadas neste artigo são oriundas de todo o processo de estágio realizados pelas estagiárias nas duas instituições de ensino. As discussões das observações participativas do estágio foram feitas em consonância com a aparato teórico. Por fim as considerações finais, inferindo proposições e mensurando possíveis metodologias eficazes e um trato que dê lugar de valor ao profissional da educação.

## METODOLOGIA

Este artigo teve como abordagem a pesquisa qualitativa crítica, que vai além dos conceitos positivistas e empiristas de interpretar situações, dados e informações. Considera todas as formas sociais, epistemológicas de produzir saberes, não somente os conhecimentos já formulados e apreendidos pelos indivíduos, mas principalmente aqueles não pensados, ou percebidos, incutidos em valores distorcidos. Dessa forma, para esse tipo de abordagem o conhecimento social-científico é também um aspecto social, deixa de ser

entendido apenas como o saber de alguma coisa, mas passar a ter vez como o saber social.

A importância da abordagem qualitativa está no valor que dá as percepções subjetivas, respeitando crenças, identidades, mas também despartando para a realidade de forma crítica, trazendo esses indivíduos para uma conscientização das limitações impostas e da desconstrução de auto-conhecimento que possuem de si próprios e dos grupos sócias dos quais fazem parte.

A pesquisa qualitativa crítica é informada por uma teoria epistemológica e social que esclarece a relação entre produção de conhecimento, ação, identidade humana, poder, liberdade e mudança social. Assim, pode ser usada em todos os tipos de pesquisa social e não somente em pesquisa especificamente orientada para relações dominantes de poder e opressão. [...] é que consiste em um esforço de trazer à luz e discutir rigorosamente conceitos básicos inevitáveis que *toda* pesquisa social deve, pelo menos, implicitamente empregar. A teoria metodológica crítica é um projeto contínuo e falível para propiciar uma articulação mais clara e mais precisa desses conceitos básicos em uma teoria mais precisa que os liga (CARSPECKEN, 2011, p.398).

A abordagem qualitativa crítica, tem a intenção de trazer à tona informações implícitas que ficam subtendidas em formas padronizadas socialmente de ser, dos sujeitos em sociedade. Nesse sentido, não romantiza culturas e identidades, que na maior parte das vezes favorece as minorias dominantes e deixa em um lugar de renegados e excluídos a maioria dominada. A abordagem qualitativa crítica favorece as populações que tem ou tiveram seus direitos roubados, mas também acolhe a qualquer sujeito histórico, que tem opiniões, sentimentos, que age politicamente, que interfere na vida, sua e de outros.

O tipo de pesquisa utilizado enquanto paradigma de intervenção foi a pesquisa-ação, que propõe ao campo de pesquisa ferramentas que contribuam para transformar a situação atual, trazendo melhorias para os grupos participantes da pesquisa. É uma ação de mão-dupla, pesquisador e pesquisados juntos fazem trocas de saberes e constroem cada um, com os recursos que possuem, novas formas de trabalho que promovam mudanças. O pesquisador, nesse caso, as estagiárias proporam dois projetos de intervenção, um para cada instituição, colaborar para a superação de alguns déficits que

por elas foram identificados durante as observações participadas do estágio, e que entenderam como necessário de intervenção.

Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Por isso mesmo, o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo [...] a verdadeira educação um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem (BRANDÃO, 1999, p.19).

Dessa maneira, a partir da proposta de intervenção, se buscou a promoção dessa autonomia e liberdade de que discute Brandão, em que o sujeito se envolve no seu processo de conhecer e se desenvolver, sendo protagonista, assumindo seus papéis, entendendo a sua realidade e a dinâmica dos espaços em que se insere. Com a mediação e interferência das/dos agentes promotores dessa dinâmica e desses ambientes de aprendizagem.

Com isso, foram realizadas durante a aplicação do projeto de intervenção aulas mais centradas nos próprios educandos, utilizando como instrumento a pesquisa, a busca, a reflexão, com atividades de leituras e de escrita, aulas expositivas, exibição de vídeos, slides, apresentação de músicas, atividade escrita, participação em dinâmicas e brincadeiras, produção de alimentos, cultivo de jardins, piqueniques educativos, análise fílmica, produção de conteúdo informativo etc.

Para preservar as instituições participantes deste estudo optou-se por não mencionar seus nomes reais, mas substituí-los por uma representação fictícia, sendo estas, escola 1 e escola 2, ambas são escolas de educação básica, do município de Paulo Afonso – Bahia, uma pública administrada pela prefeitura e a outra uma instituição de direito privado sem fins lucrativos. Para a discussão desse artigo, fez-se uso das vivências adquiridas na realização do estágio supervisionado obrigatório, que se realizou nas séries iniciais do ensino fundamental. Na escola 1, a turma de locação de estágio foi o 4º ano, e na escola 2, o 5º ano, ambas no turno matutino, em que cada uma das estagiárias assumiu uma turma respectivamente. Na turma do 4º ano, estudavam 42 discentes, com uma professora regente da disciplina de língua portuguesa, outras duas professoras para a ministração das demais disciplinas e uma cuidadora, que intercalava sua atenção entre uma criança

com transtorno e outras duas com desvio de conduta. Já na turma do 5º ano estudavam 23 discentes e nela trabalhavam uma professora regente, uma auxiliar de classe e cinco professores (as) para as disciplinas diversificadas, que ocorriam em dia específico da semana. O estágio totalizou uma carga horária de 100 horas, se subdividindo da seguinte forma: 40h para observação, 40h para observação participada e 20h de regência, realizado entre 29 de outubro a 06 de dezembro de 2019.

## **O PEDAGOGO E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO COMO UM DOS EIXOS DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO EDUCANDO.**

Pensar em metodologias utilizadas no processo de ensino nas escolas, pelos profissionais da educação, requer que primeiro se faça uma busca na história da formação desses sujeitos, que têm como função articular, mediar e construir saberes conjuntos a outros sujeitos em seus percursos de desenvolvimento. É preciso compreender que o professor (a) é um trabalhador da educação, que tem um papel essencial nas questões educativas de formação de pessoas, na sua escolarização e profissionalização.

O professor é o mediador, entre o indivíduo que possui conhecimentos intrínsecos e experienciais, mas que necessita avançar, e o novo objeto de conhecimento, que oferece novos desafios, que requer auxílio de alguém mais qualificado para favorecer e contribuir com a aquisição desse saber, pelo indivíduo que está aprendendo. A partir daí, colocamos o professor (a), pedagogo (a), como peça chave. Quem planeja, executa e avalia as aulas, as interações e as aprendizagens que ocorrem em ambientes escolares é o profissional da educação e é por esse motivo que não se deve ser descartada a reflexão acerca da sua profissionalização, qualificação, valorização e respeito.

Arroyo (2013), discute em sua obra *Ofício de Mestre*, a falta de valorização dos profissionais da educação em nosso país. Segundo o autor, as transformações tecnológicas, os avanços das produções e o crescimento das riquezas do capital, transformam o professor em uma máquina que ensina, tirando a intencionalidade do ser e do fazer pedagógico. Desse modo, o exercício docente, passou para uma esfera técnica, ou seja, aprovar ou reprovar alunos, quantificando a qualidade da aprendizagem. Entretanto, se faz necessário destacar que os saberes da docência incorporam o “[...] saber plural [...], saberes oriundos da formação profissional, [...] saberes das disciplinas,

dos currículos e da experiência” (TARDIF; LESSARD; LAHAYA, 1991, p. 218), que internacionaliza o saber docente para a qualidade da ensinagem.

Portanto, o pedagogo estar para além de ser um recurso da educação, ele precisa ser visto como sujeitos de direitos e deveres que tem um importante papel na escolarização dos educandos. É necessário romper com a visão simplicista que tem sido dada a esses profissionais, tanto as políticas públicas, quanto a sociedade, tem dado ao educador um lugar de instrumento, de objeto, no entanto, essa percepção nega-os o valor que possuem, lhes tiram a autonomia, o compromisso, o incentivo que é essencial para que possam realizar um bom trabalho. Vale ressaltar ainda, que são poucas as políticas que visam a formação continuada dos professores, dificultando ainda mais a capacitação e a qualificação para o enfrentamento das dificuldades do ofício de ensinar.

O que sabemos fazer e tecemos de fazer no cotidiano convívio com a infância, adolescência e juventude não cabe em imagens simplificadas, nem em um único conceito, professor, docente, mestre, alfabetizador, supervisor, orientador. Carregamos todos uma história feita de traços comuns ao mesmo ofício (ARROYO, 2013, p.13).

Essa percepção do autor é bem esclarecedora no que diz respeito a não existir um padrão para ser um mestre, não cabe rotular e achar que uma concepção anula a outra. Por sermos diversos, diferentes e únicos como indivíduos possuímos maneiras diferenciadas de realizar nosso trabalho, mas isso não abre espaço para desconfiguração da profissão de professor (a). Os conhecimentos adquiridos na formação, no trabalho do dia a dia, em sala de aula e em outros espaços educacionais, são munidos da reflexão constante, e isso garante a qualidade da tarefa de ensinar.

O trabalho e a relação educativa que se dá na sala de aula e no convívio entre educadores (as) / educandos (as) traz ainda as marcas da especificidade da ação educativa. A escola e outros espaços educativos ainda dependem dessa qualidade. As tentativas de racionalização empresarial não conseguiram tornar essa qualificação dispensável. Além do mais, para que substituir uma escola centrada nas relações interpessoais e em processos e saberes artesanais, por uma escola centrada na racionalidade empresarial, na desqualificação do trabalho, se o trabalho qualificado dos mestres é tão barato? (ARROYO, 2013, p.19).

Mudar o foco do processo educativo, baseados na função que exercem os educadores na relação com os educandos e insistir na compreensão mecanicista do trabalho dividido por etapas, como por exemplo, uns determinam o que outros devem projetar e por último alguém realizada essa tarefa demandada de forma vertical e paralela, é o mesmo que renegar a história do magistério, da pedagogia, que surgiu bem antes do sistema do capital. Por isso, a resistência no enaltecimento da profissão de ensinar, pelos saberes construídos, por sua identidade enquanto docente.

Nesse sentido, existe uma história que não pode e nem deve ser apagada, e a luta por melhorias do trabalho está na afirmação do passado, na continuidade e aperfeiçoamento no presente e na construção de um futuro, que implica constantemente nas memórias, aprendizagens e na capacitação do professor (a), seu ofício foi e será sempre uma arte. “Seus mestres têm que ser artesões, artífices, artistas para dar cona do magistério” (ARROYO, 2013, p.18).

## REFLEXÕES SOBRE AS METODOLOGIAS DE ENSINAGEM

As necessidades sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e ambientais das últimas décadas expõem problemas que tem impactado significativamente a vidas dos sujeitos, as relações estabelecidas entre elas, no trabalho, e também na escola, com isso, impõem o educador a repensar na mediação em sala de aula, trazendo possíveis soluções para as atuais demandas. Em vista de tantas mudanças, o processo de formação do sujeito se torna mais meticuloso de acordo com as exigências do cotidiano (SOARES, 2018).

A Educação Básica é fundamental para que os níveis de ensino futuros não venham a ser comprometidos, e também para que os alunos não encontrem dificuldades de aprendizado no decorrer do tempo. O professor possui um papel fundamental na formação dos indivíduos, e com isso cabe ao docente pensar em meios de cativar os estudantes para a leitura e a escrita. Para isso, se tem diversos meios, como a título de exemplo, as tecnologias, que tem como intuito prender a atenção dos estudantes com assuntos que lhes chamem a atenção. Assim, é notório que o ensino da leitura demanda dificuldades, pois a leitura trata-se da decifração de códigos, dessa forma, cabe ao educador ser lúdico, flexivo e possibilitar os seus educandos os mais variados e prazerosos tipos de leitura, podendo ser ela visual ou codificada (SOARES, 2018).

Aprender a escrita alfabética é, fundamentalmente, um processo de converter sons da fala em letras ou combinações de letras-escritas, ou converter letras, ou combinação de letras, em sons, que é a essência de uma escrita alfabética [...], uma invenção cultural que tem sido caracterizada ora como a invenção de um código, ora como a invenção de um sistema de representação, ora ainda como a invenção de um sistema notacional (SOARES, 2018, p. 46).

Em relação à escrita o docente pode motivar seus alunos desde a educação infantil a escrever, mesmo que seja por meio de desenhos, e com isso eles estarão fazendo com que as ideias e imaginações das crianças sejam trabalhadas, proporcionando assim um desenvolvimento intelectual.

No entanto, é preciso compreender que os saberes necessários ao ensinar não se restringem somente ao conhecimento dos conteúdos das disciplinas. Porém, é indispensável saber que é fundamental dominar o conteúdo para ter condições de ensinar, como também, concordar que este é apenas um dos aspectos desse processo. Cabe também à escola ter por objetivo proporcionar a interação entre alunos e professores. É imprescindível o trabalho coletivo, onde todos os seus integrantes: diretor, professores, equipe pedagógica e funcionários tenham objetivos comuns em prol do desenvolvimento do aluno, pois é nesta união de saberes e fazeres, embora complexa, que o processo educativo acontece de forma satisfatória (SOARES, 2018).

Alguns professores têm traçado métodos em que os alunos já devam ter conhecimento sobre os códigos alfabético e numérico, ainda que não seja capaz de ler, e as reações de alguns alunos ao serem “apresentados” a eles serão bem diferentes daqueles outros que pouco tiveram contato com esses códigos. Mesmo esse contato, hoje, sendo uma situação tida como normal para todos, aqueles alunos que ainda não tiveram a mesma oportunidade de conviver em um ambiente que identifique cada coisa ou objeto a sua volta, seu aprendizado será ainda mais lento, pelo fato de nunca as terem visto antes. Soares (2018), aborda sobre modelos e estratégias de leitura e escrita de palavras, componentes necessários para a leitura e escrita fluentes de palavras e textos.

**A leitura de palavras**, de acordo com o *modelo* (ou teoria) *de dupla rota*, pode ocorrer ou pelo processo de decodificação grafema-fonema - *rota fonológica ou sublexical* -, ou pelo reconhecimento visual direto da ortografia de palavras conhecidas, “arquivada” em um léxico mental que reúne representações de palavras familiares - *rota lexical* também

denominada visual ou ainda *ortográfica* (SOARES, 2018, p. 256, grifo da autora).

O modelo de dupla rota que a autora menciona, explica que a leitura de palavras pode ocorrer por dois caminhos, à rota fonológica, pela decodificação grafema-fonema, ou pela rota lexical, reconhecimento visual da palavra conhecida, acessada pelo léxico mental. Outro modelo que a mesma autora aborda é a leitura silenciosa,

O processo de leitura silenciosa de palavras (ler para compreender) requer minimamente dois tipos de códigos: ortografia (conhecimento das letras e de sua posição na palavra) e semântica (conhecimento do significado das palavras). O processo de leitura em voz alta requer minimamente em código ortográfico e um código fonológico-articulatório para gerar pronúncia. Embora não mais que dois códigos essenciais sejam necessariamente exigidos por cada modalidade, vem se tornando cada vez mais claro que todos os três códigos (ortografia, fonologia e semântica) estão presentes tanto na leitura silenciosa quanto na leitura em voz alta (GRAINGER e ZIEGLER, 2008, p.129 *apud* SOARES, 2018, p. 261).

Dessa forma, ela traz contribuições de vários autores que concluem que este tipo de leitura envolve aspectos fonológicos também, ou seja, nela são usadas estratégias do modelo de dupla rota. As especificidades das palavras como lexicalidade, extensão, vizinhança, frequência e regularidade, trazem efeitos para a leitura e a escrita.

## CONCEPÇÕES FREIRIANAS SOBRE ENSINAR E APRENDER

Na obra de Paulo Freire, *Professora, Sim; Tia, Não*, (2015) o autor inicia a primeira carta falando da questão da importância da leitura. Para Freire, a leitura e a escrita são duas coisas que não devem acontecer de forma separadas. Todo “ensinante” é também professor e todo professor é também “ensinante”, ou seja, se aprende enquanto se ensina e quem está aprendendo também ensina, é um processo dialógico que irá acontecer concomitantemente, assim deve ser a prática da leitura e da escrita.

Segundo Freire (2015), existe a leitura do texto e a leitura do mundo, também chamado por leitura da palavra e leitura do contexto, que é exatamente, o mediador, o educador partir da realidade concreta de quem vive tal coisa, tal situação, partir daquele ponto para facilitar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita. O autor fala que, quando crianças,

os indivíduos iniciam a comunicação, no mundo da linguagem, primeiro escutando, em sequência falando e por último escrevendo. Naturalmente, primeiro aprende-se a falar, a ler, para depois aprender a escrever.

A forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo está, de um lado, na não negação da linguagem simples, 'desarmada', ingênua, na sua não desvalorização por constituir-se de conceitos criados na cotidianidade, do mundo da experiência sensorial; de outro, na *recusa* ao que se chama de 'linguagem difícil', impossível, porque desenvolvendo-se em torno de conceitos abstratos. Pelo contrário, a forma crítica de compreender e de realizar a leitura do texto e do contexto não exclui nenhuma das duas formas de linguagem ou de sintaxe (FREIRE, 2015, p.64).

Outro ponto extremamente importante para Freire, é a questão da capacitação do profissional. Desse modo, "O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo; não o autoriza a ensinar o que não sabe" (p.56). Ou seja, por mais que o professor aprenda enquanto ensina, não deve esperar para aprender na hora de ensinar, deve se capacitar antes, ter consciência de que sua formação é permanente, e que irá acontecer ao longo de toda a sua atuação profissional, da sua carreira, do seu trabalho, deve estar sempre estudando e se atualizando para melhorar sua condição de educador e de mediador (FREIRE, 2015).

A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Essa atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela, a experiência docente, requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (FREIRE, 2015, p.56).

A função da leitura, deve também ser parte integrante da vida do educador, como algo fundamental para aprender. Freire (2015) diz que estudar é o caminho para se conhecer, para a aquisição de saberes, que o estudo requer a dedicação e a leitura, esta por sua vez junto a escrita é um dos pontos cruciais para qualquer estudo e desenvolvimento cognitivo e intelectual.

Enquanto preparação do sujeito para aprender, estudar é, em primeiro lugar, um *quefazer* crítico, criador, recriador, não importa que eu nele me engaje através da leitura de um texto que trata ou discute um certo conteúdo que me foi proposto pela *escola* ou se o realizo partindo de uma reflexão crítica sobre um certo acontecimento social ou natural e que, como necessidade da própria reflexão, me conduz à leitura de textos que minha curiosidade e minha experiência intelectual me sugerem ou que me são sugeridos por outros (FREIRE, 2015, p.57, grifo do autor).

A leitura e o texto escrito devem ter coerência com a condição de interpretação de quem está lendo, ou seja, a formação de quem escreveu tal livro deve estar em condição com a formação de quem vai ler, trazendo-o para a realidade em questão. Um estudante de graduação terá uma maior familiarização em ler textos escritos por professores graduados, nesse sentido, uma pessoa que está na graduação terá mais condição de ler aquele texto e interpretar, do que uma pessoa que está sendo alfabetizada. Desta forma, “Reconhecendo, todavia que o escritor que usa a linguagem científica, acadêmica, ao dever procurar tornar-se acessível, menos fechado, mais claro, menos difícil, mais simples, não pode ser simplista” (p.64).

Não se pode trabalhar um texto escrito com uma linguagem mais científica, com um jovem que está sendo alfabetizado, achando que ele facilmente lerá e compreenderá o que leu, pois, as chances de que ele terá maior dificuldade para compreender são maiores. No entanto, é favorável que os textos oferecidos aos estudantes sejam mais dinâmicos, que tenham mais a ver com o seu contexto ou situação, textos que sejam mais simples. É claro que todo texto, todo escrito, deve trazer implicações, reflexões, indagações para que o leitor consiga trabalhar e desenvolver o seu raciocínio e ir além. Por isso, “Seu dever, como escritores, é escrever simples, é escrever *leve*, é facilitar e não dificultar a compreensão do leitor, mas não dar a ele as coisas feitas e prontas” (FREIRE, 2015, p.66).

É preciso que o texto apresente certa dificuldade, mas que esteja coerente com a condição do leitor, por exemplo, se o profissional da educação irá dar aulas a um adulto que nunca teve acesso à leitura e a escrita, e hoje está na educação para jovens e adultos (EJA), como mediador e professor, precisará dar condição a esse adulto de adquirir a leitura, deverá partir da leitura de mundo, do que conhece, o que tem a ver, por exemplo, com o trabalho, com a comunidade, com a família e as formas de viver desse sujeito. Como professor, deverá buscar textos que tragam essas questões e

que também despertem a curiosidade para que o educando faça essa leitura e nela se engaje. Nessa primeira carta, o autor também enfatiza bastante a questão dos instrumentos, de que os estudantes precisam estar equipados, precisam recorrer a outras fontes, a outros textos, para ter mais condição de aprender tais coisas (FREIRE, 2015).

## **REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO OU O FRACASSO NO PROCESSO DE ALFABETIZAR**

A alfabetização tem sido objeto de pesquisa desde que o acesso à escola se democratizou e se identificou por meio de avaliações nacionais, estaduais e municipais que os indivíduos em tempo escolar não estavam sendo alfabetizados. Mas essa não é um debate novo, pois há muito tempo já se discute as problemáticas causadoras do fracasso em alfabetizar. Outro fato que tem ganhado destaque são as novas teorias inauguradas pelas áreas da linguística e da psicologia, criando novas percepções e propondo outras formas de ensinar e aprender a língua falada e escrita (SOARES, 2017).

A polêmica em torno dessa disparidade na aprendizagem da língua portuguesa tem caminhado para rumos além da escola e da comunidade acadêmica, a mídia tem posto em debate de maneira bastante acirrada o assunto, e as políticas educacionais vem buscando formas de sanar a problemática, com a criação de programas e projetos. Mas o principal questionamento em torno da situação é sobre o conteúdo a ser ensinado e o método, ou métodos de como ensinar. Para tanto, tem sido necessário compreender em que momento estamos inseridos na história, apesar de ser um debate antigo, mas continua emergente na contemporaneidade (SOARES, 2017).

Existem três pontos imprescindíveis que devem ser contemplados para a aquisição qualitativa da leitura e da escrita, são eles: linguística, cognitiva e sociocultural. Segundo Soares (2015), linguística tem a ver com “todas as facetas [...] da alfabetização, sobretudo as facetas: fonética e fonológica, morfosintática, sociolinguística, textual e discursiva (p.133)”. Já em relação aos aspectos do ponto cognitivo, do trabalho exercido pela mente, temos “diferentes vertentes psicológicas em que a alfabetização é objeto de estudo: sobretudo as vertentes cognitivas, psicogenética, do desenvolvimento (p.133)”. Por fim, o último ponto que trata das relações socioculturais, que devem fazer da leitura e da escrita instrumentos de sentidos para o uso

cotidiano, integrados a realidade e aos contextos onde as práticas dos sujeitos são vivenciadas, com os usos da linguagem.

Os três pontos acima mencionados são para muitos estudiosos objetos exclusivos de análise, compreendendo suas funções de maneira individual, como se cada um por si só, fosse capaz de contemplar a complexidade da alfabetização. Apesar disso, muito outros, percebem os três pontos como indissociáveis, e complementares. Essa confusão em torno do que ensinar, como ensinar e qual o objeto central de estudo, tem dificultado bastante principalmente aos docentes e discentes, que acabam divididos e desorientados em relação a um eixo de apoio. Entender a aprendizagem da língua escrita como principal elemento desse processo de alfabetizar, é o caminho mais eficaz a se seguir, pois abrangendo todos os elementos que o integram, a linguística com seu olhar atencioso ao código falado e escrito, ou seja aí fonema e ao grafema, o cognitivo, que é o próprio funcionamento da mente atento a apreensão do código e seus sentidos e o sociocultural, que tem suas práticas voltadas para o direcionamento condizente dos usos da leitura e da escrita nos contextos de atuação dos sujeitos (SOARES, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Diante do que foi apresentado anteriormente e das vivências durante o estágio percebeu-se dois extremos em relação as duas profissionais regentes das turmas de realização do estágio. Por um lado, uma das profissionais (escola 1) executava suas aulas de forma mais dinâmica, confeccionava materiais lúdicos e priorizava a afetividade. Entretanto, mesmo a professora disponibilizando os materiais que chamassem a atenção das crianças, elas muitas vezes ficavam dispersas e desconcentradas, fazendo com que extrapolassem e infringissem as regras da sala de aula. A relação da docente com os discentes por se mostrar excessivamente afetiva, tornou-se um tanto desapropriada, pois ela acabava os superprotegendo e não se atentando para as suas reais necessidades, oferecendo um conteúdo pronto, sem abrir espaços para problematizações, ocasionando uma “preguiça intelectual”. Por isso, a importância do professor ter consciência da responsabilidade social de sua profissão, entender que não é preciso ser autoritário para ter autoridade e ao mesmo tempo não precisa entregar tudo mastigado para os discentes para ser um bom professor. Pelo contrário, é importante sim ter uma relação afetiva de qualidade e que permita os estudantes se

aproximarem e conseguirem ter uma relação interpessoal com seu professor, tanto pela convivência diária quanto por se tratar de relações humanas de aprendizagens.

Já a segunda profissional (escola 2) possuía um perfil mais sério, sem ter muita intimidade com os discentes, possuía um planejamento mais rígido e mecânico, apesar de procurar realizar atividades em grupos com seus alunos, com jogos e dinâmicas. Por ser mais tímida fazia bastante uso do livro didático e lecionava cinco disciplinas na mesma turma, o que acabava sobrecarregando-a física e mentalmente. Percebeu-se que essa profissional era bastante cobrada pela instituição de ensino que trabalhava, e principalmente pela coordenação pedagógica, que exigia relatórios individuais de cada aluno e um geral da turma mensalmente.

No caso da primeira profissional citada, havia contratempos em relação aos demais profissionais com os quais ela trabalhava, uma vez que outros professores também lecionavam na mesma turma e que conseqüentemente não possuíam o mesmo trato pedagógico protetivo e afetivo com os alunos, que ela, o que ocasionava conflitos, por conta das comparações que esses estudantes faziam.

Acredita-se na formação de qualidade do professor (a) e pedagogo (a), e na valorização dos seus trabalhos, como os principais condutores no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, pois mesmo com as transformações do mundo e as novas formas de ensinar e aprender, é o pedagogo que irá planejar aulas, propor metodologias diferenciadas e possuir ou não boa didática de ensino, o que dará suporte a sua performance de mediação de conteúdos e saberes.

Em relação às metodologias de ensino para a aprendizagem da língua portuguesa, observou-se que nas duas escolas existem práticas tradicionais do ensino, focadas na codificação e decodificação, quanto práticas progressistas que dão ênfase a realidade do aluno. No entanto, notou-se a prevalência de atividades mecânicas, forçando os discentes a uma aprendizagem de memorização dos conteúdos. Esses métodos têm dificultado e causado uma ineficiência do ensino, pois as duas turmas dos 4º e 5º anos apresentaram inadequação aos métodos, com poucas condições de avançarem nas suas aprendizagens. Essa defasagem inviabiliza na qualidade da alfabetização e do letramento desses estudantes, uma vez que foi possível observar uma incapacidade de interpretação dessas crianças na realização de atividades cotidianas de sala de aula, como: leitura de textos didáticos, histórias em quadrinhos, textos literários, poemas etc., não somente na

disciplina de língua portuguesa, como nas demais, história, geografia, ciências, matemática.

Magda Soares (2017) discorre sobre a existência de diversas metodologias de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, e que não há uma melhor do que a outra, todas possuem suas funções e maneiras de serem utilizadas e que nenhuma delas devem ser descartadas. É preciso compreender que os indivíduos são diversos e cada um tem sua forma própria de adquirir saberes e se desenvolver, por isso a necessidade do professor (a) ter atenção às especificidades de cada aluno para saber adequar suas práticas e metodologias de forma a favorecer da melhor maneira a todos os discentes que compõem uma turma em sala de aula.

Para Freire (2015) o educador e a educadora devem ter consciência de que sua tarefa enquanto docente é também política e que jamais o contexto teórico deve ser separado do contexto concreto em sua prática educativa. O fato de muitas crianças, jovens e adultos não possuírem o conhecimento padrão culto não significa de maneira nenhuma que não possuam conhecimentos empíricos, que de fato possuem, e que os sustentam nas suas sobrevivências diárias. Uma escola democrática é a escola que respeita dos saberes individuais e coletivos dos grupos culturais diversos e não menospreza, com indiferenças, mas sabe agir a partir do que os educandos oferecem, lhes proporcionando uma formação que nos dizeres de Freire (2015, p.102): “a) diminuam as desvantagens na luta pela vida; b) ganhem um instrumento fundamental para a briga necessária contra as injustiças e as discriminações de que são alvo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e a escrita sempre serão vistas como o meio mais efetivo do aprendizado e do compartilhamento de conhecimentos. Ler é se fazer pertencente a um meio que se inova e renova a cada dia, de diferentes formas, pensamentos e ideias. Ao ler o aluno estará apto a decifrar símbolos e códigos presentes no cotidiano, e assim conquistar sua independência e autonomia de resolver conflitos e desafios da vida. Os hábitos da leitura e da escrita devem ser incentivados desde os primeiros anos de vida, por isso, cabe também aos pais instigarem seus filhos a explorarem e identificarem o mundo da leitura, assim como, os (as) pedagogos (as), na educação infantil, fazerem essa iniciação das crianças no mundo letrado.

Compreendeu-se que o fator formação é determinante para a qualidade do ensino. Primeiro porque o profissional que está em constante aprendizado e reflexão da sua prática tem mais condições de rever e repensar suas metodologias de ensino e perceber os avanços e retrocessos de seus discentes. Segundo que, após verificado a falta de valorização e respeito a esses profissionais dentro das escolas, entendeu-se que estes são partes dos motivos que os desestimulam e os desmotivam, tornando-se um grande empecilho no processo de ensinagem dos estudantes.

Por isso, a questão das metodologias ainda é um assunto tão discutido, porque apesar de tantas tendências pedagógicas e pesquisas na área da alfabetização e do letramento, ainda se encontra nas escolas práticas tradicionais, que não agregam valor a realidade dos estudantes e nem os engajam e os incentivam a querer aprender. O que inviabiliza o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas.

A prática de estágio tem relevância fundamental para a formação, pois é através dela que o estudante entrará em contato direto com a realidade profissional a qual logo mais estará imerso. Também possibilita e viabiliza alinhar a teoria e a prática como formas de aperfeiçoamento das competências docente e melhoria do seu ensino, tanto da instituição em que se realiza o estágio quanto para o desenvolvimento e qualificação das (os) estagiárias (os).

Assim, o estágio tem essa finalidade de possibilitar uma maior integração de valores e conhecimentos, bem como, qualificar o futuro profissional para saber solucionar as possíveis problemáticas que encontrará em sua trajetória. Como foi o caso do estágio discutido neste estudo, em que as estagiárias presenciaram os desafios postos pela dificuldade de ler e escrever dos educandos.

Desta maneira, a importância da aquisição da leitura e da escrita está para além da técnica de codificar e decodificar. Encontra-se no fato de que os sujeitos em sociedade estão imersos em um mundo letrado, em que os signos, os símbolos, as expressões faciais ou corporais, os contextos dos quais fazem parte, comunicam e transmitem informações a todo o tempo. Com isso, precisam ter condições de decifrar e compreender essas informações para que possam viver nesses espaços.

## AGRADECIMENTOS

A Wilvania Paiva, pelas orientações durante a escrita do texto; à professora Ma. Gicelma de Oliveira Cavalcante, pela supervisão do componente curricular Pesquisa e Estágio III: series iniciais ensino fundamental; e a Raiane de Andrade, pela parceria durante a realização do estágio curricular obrigatório.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. 15 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. 8 ed. São Paulo: **Brasiliense**, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 27839. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em: 14 jul. 2021.

CARSPECKEN, Phil Francis. Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 395-424, maio/ago. 2011.

FREIRE, Paulo. Professora, Sim; Tia, Não: Cartas a quem ousa ensinar. 25 ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2015.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYA, Louise. **Os professores face ao saber**: Esboço de uma problemática do saber docente. Teoria & Educação nº 4, Porto Alegre: Pannônica, 1991.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. 1 ed. São Paulo: **Contexto**, 2018.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 7 ed. São Paulo: **Contexto**, 2017.

SCALABRIN, Izabel Cristina e MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Científica UNAR**, São Paulo. v.7, n.1, p.1-12, 2013. Disponível em:

[https://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7\\_n1\\_2013/3\\_a\\_importancia\\_da\\_pratica\\_estagio.pdf](https://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.